

CONSTITUINTE

Covas vence o líder do governo na formação das subcomissões

por Francisca Stella Fagá de Brasília

O resultado das eleições de ontem dos presidentes e vice-presidentes de 21 das 24 subcomissões da Constituinte confirmou praticamente na íntegra os nomes indicados pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

A eleição nas três subcomissões da comissão do sistema tributário, orçamento e finanças foi adiada para hoje, em razão da dificuldade de acomodar o excessivo número de constituintes que desejam participar da subcomissão de tributos, participação e distribuição de receitas. Para hoje também estão marcadas as eleições do presidente e do relator da comissão de sistematização.

Também rigorosamente dentro dos acordos de liderança, os presidentes eleitos designaram para relatores os nomes indicados por Covas. Durante o dia inteiro, porém esses nomes foram com insistência contestados por um grupo constituinte que, articulados com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, tentavam forçar o rompimento dos acordos.

O grupo centrou fogo em três subcomissões. A primeira foi a do poder executivo, que, entre outras tarefas, terá a de propor a duração do mandato do presidente José Sarney. Teve sucesso na indicação do presidente da comissão o deputado Albérico Filho.

O segundo alvo foi a comissão da ordem econômica. Na subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime do subsolo e da atividade econômica, que definirá o grau de intervenção do Estado na economia, os deputados Marcos Lima (PMDB-MG), Renato Johnson (PMDB-PR) e Roberto Campos (PDS-MT) empenharam-se em impedir que o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), da corrente progressista do PMDB, fosse indicado relator, conforme previa o acordo das lideranças.

Pretendiam a indicação do deputado Gabriel Guerreiro, do PMDB do Pará.

Eleito presidente da subcomissão, o deputado Delfim Netto (PDS-SP) estreou no exercício de suas novas funções concedendo até a exaustão a palavra aos defensores da indica-

ção de Gabriel Guerreiro. Mas ao final da discussão declarou ter recebido do PDS a missão de cumprir os acordos partidários. E indicou Virgildásio de Senna.

Outra missão que Delfim Netto declara assumir como presidente da subcomissão é dirigir os trabalhos com absoluta isenção. "Vou procurar me despir ao máximo de minhas opiniões", disse logo após sua eleição. Não se furtou, porém, de emitir algumas opiniões ao ser indagado por jornalistas sobre temas a serem tratados pela subcomissão. Sobre o papel do estado da economia afirmou: "Quanto menor, melhor". O tamanho do Estado hoje, segundo ele, não é condizente com a desejada eficácia da economia.

O grupo liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna tentou igualmente sem sucesso eleger uma chapa alternativa à definida por Mário Covas para a subcomissão da reforma agrária e da política agrícola. A chapa alternativa, derrotada por apenas um voto, incluiu para o cargo de secretário o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que na semana passada tentara

sem sucesso disputar com o senador Severo Gomes (PMDB-SP) o cargo de relator da Comissão da Ordem Econômica. O presidente da subcomissão de reforma agrária indicado pelo grupo de Carlos Sant'Anna foi o deputado Alysson Paulinelli, do PFL, e o relator, o deputado Jorge Viana, do PMDB da Bahia.

Superados inúmeros incidentes criados pelo grupo, os nomes indicados por Mário Covas foram eleitos: o senador Edison Lobão, do PFL, para presidente, e o deputado Oswaldo Lima Filho, do PMDB, para relator.

As 9 horas de hoje os constituintes do PMDB que integram a comissão de sistematização escolherão o relator a ser indicado pelo partido. Os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG) confirmaram ontem que entrarão na disputa.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) não havia ainda até a noite de ontem, resolvido se disputará com os demais. Ontem, o PFL fechou questão na indicação do senador Affonso Arinos para a presidência da comissão.

Como pano de fundo, o mandato

por Cecília Pires de Brasília

A duração do mandato do presidente Sarney constituiu o pano de fundo de uma queda-de-braco, ontem, entre as principais lideranças do PMDB na Constituinte, comandadas pelo líder Mário Covas e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, pelo preenchimento dos principais cargos da subcomissão do Poder Executivo, incumbida do tema.

A eleição dos membros da subcomissão, pela manhã, acabou referendando um acordo feito pelas lideranças do PMDB na Constituinte, pela qual a presidência foi entregue ao sobrinho do presidente José Sarney, deputado Alberico Filho. Em negociação comandada por Covas, o candidato natural das lideranças, deputado Oswaldo Macedo, desistiu. Em troca, segundo revelaram os parlamentares envolvidos no acordo, Alberico indicaria como relator o nome de consenso dentro da liderança do partido, o do senador José Fogaça.

Pela manhã, o deputado Alberico, depois de eleito, alegou que precisaria fazer maiores consultas junto a seu grupo político, que pressionava pela indicação do deputado Expedito Machado. Este, por sinal, defendeu a eleição de Alberico, dizendo que, assim, homenageava o presidente Sarney. Na véspera, o próprio líder Carlos Sant'Anna contactava os membros da subcomissão, pedindo apoio a Expedito. À tarde, em reunião na sala de Mário Covas, Alberico, o deputado Henrique Alves, Fogaça e Expedito tentavam uma solução para o impasse.

O ex-candidato à presidência da subcomissão, Oswaldo Macedo, mostrava-se surpreendido com a tentativa de desrespeitar o acordo, para o qual ele havia contribuído, desistindo do pleito para não gerar conflito interno entre Expedito e Fogaça.

No final da tarde, trancado na sala de Covas, Expedito fez um discurso, dizendo que respeitaria a união que seu grupo político, os tancredistas, sempre pregou e desistiu de disputar.

Alberico, segundo revelou um dos parlamentares envolvidos na negociação, fez um apelo para que Expedito desistisse. Sant'Anna, segundo a mesma fonte, nada mais podia fazer.

O deputado Expedito perfila ao lado do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, ao defender o cumprimento do mandato de seis anos para Sarney. O senador Fogaça defende quatro anos, para o caso do regime presidencialista e cinco para o regime parlamentarista. Afirma, porém, que o partido deve ser consultado a respeito. Oswaldo Macedo também defendia quatro anos. Segundo um líder ligado ao senador Mário Covas, fica fácil perceber por que para o governo era de difícil assimilação a eleição de Oswaldo para presidente e de Fogaça para relator numa subcomissão que iria determinar as linhas dos parti-

dos para a duração do mandato presidencial.

O acordo acabou deixando na presidência um parlamentar ligado, até por laços de parentesco, ao presidente Sarney e na relatoria, o senador José Fogaça, que, além de ligado a Covas, representa o setor progressista do PMDB, contrário ao mandato de seis anos para Sarney. Fogaça está preocupado, agora, com o pouco tempo que tem para fazer o relatório da subcomissão, pois os trinta dias propostos no regimento já começaram a correr. Dois temas principais vão incendiar as discussões, sendo o primeiro o regime de governo e o segundo, o mandato de Sarney. O relatório da subcomissão do Poder Executivo vai definir, segundo Fogaça, a tendência predominante na Constituinte para o tempo de duração do mandato do presidente Sarney.

PACTO

Maciel quer programa mínimo de governo

por Eliana Simonetti de Brasília

"O problema do País é a organização. A crise brasileira termina sendo uma crise política, e os problemas econômicos serão pequenos se nós nos entendermos politicamente e definirmos uma política de desenvolvimento de acordo com nossos interesses." As afirmações são do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, que explicou a este jornal que é essencial para o governo, neste momento, a elaboração de um programa míni-

mo de ação, com o apoio de todos os segmentos da sociedade.

O programa, segundo ele, é sugestão sua, e ainda não começou a ser elaborado, mas o presidente Sarney vem consultando empresários e trabalhadores e, ontem, no conselho político, passou a trabalhar este novo segmento.

Maciel disse que o trabalho não é simples. "As divergências e os interesses em jogo são muitos", disse, lembrando, no entanto, que "a Constituinte é o verdadeiro pacto social, tão falado".

PARTIDOS

Direção do PT debaterá os temas polêmicos

por Francisca Stella Fagá de Brasília

O diretório nacional do Partido dos Trabalhadores reúne-se no próximo fim de semana em São Paulo em busca de uma definição das questões ainda polêmicas entre seus membros, sobre temas tratados pela Constituinte. Nos dias seguintes à reunião, será redigida a proposta que o partido pretende apresentar à Constituinte até o dia 23.

De acordo com o documento básico a ser discutido na reunião do diretório, preparado pelo advogado Pedro Dallari, assessor do partido, ainda há divergências internas sobre temas importantes. A maior polêmica, segundo ele, existe sobre o regime de governo. Entre os membros do partido, há defensores do parlamentarismo, do presidencialismo parlamentar e também do sistema misto, tal como previsto no anteprojeto de Constituição elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato, que serve de base para as discussões do partido.

O diretório deverá confirmar diversos pontos de consenso, um deles são as previsões do anteprojeto de Comparato sobre direitos trabalhistas: jornada de

trabalho de 40 horas, liberdade e autonomia sindical nos termos da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e direito irrestrito de greve.

Há também consenso sobre o papel das Forças Armadas, que, pela proposta do partido, devem estar limitadas à defesa externa.

A reunião do diretório deverá também discutir as propostas do partido para as disposições transitórias da nova Constituição, entre elas a duração do mandato do presidente José Sarney.

A discussão sobre o regime de governo envolverá também a questão da manutenção ou não do Senado no novo texto constitucional.

Há defensor da extinção do Senado e de criação do sistema unicameral.

Outra questão polêmica é o estado de sítio. O projeto de Comparato prevê a decretação do estado de sítio nos casos de guerra externa e "comoção intestina grave, com o caráter de guerra civil".

O PT deverá também extrair da reunião uma posição comum sobre o direito de resistência e o direito de insubordinação contra atos de autoridade que violentam os direitos universais da pessoa humana.

Quem ocupa os cargos

A distribuição de cargos entre as 23 subcomissões que vão trabalhar na redação da nova Carta é a seguinte:

- Subcomissão da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais: presidente, Roberto D'Ávila (PDT-RJ); relator, João Herrmann Neto (PMDB-SP)
- Subcomissão dos direitos e garantias individuais: presidente, Antonio Maria (PMDB-PB); relator, Darcy Pozza (PDS-RS)
- Subcomissão dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias: presidente, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE); relator, Lysâneas Maciel (PDT-RJ)
- Subcomissão da União, Distrito Federal e territórios: presidente, Jofran Frejta (PFL-DF); relator, Sigmaringa Seixas (PMDB-DF)
- Subcomissão dos estados: presidente, Chagas Rodrigues (PMDB-PI); relator, Siqueira Campos (PDC-GO)
- Subcomissões dos municípios e regiões: presidente, Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG); relator, Aloysio Chaves (PFL-PA)
- Subcomissão do Poder Legislativo: presidente, Bocayuva Cunha (PDT-RJ); relator, José Jorge (PFL-PE)
- Subcomissão do Poder Executivo: presidente, Alberico Filho (PMDB-MA); relator, José Fogaça (PMDB-RS)
- Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público: presidente, José Costa (PMDB-AL); relator, Plínio de Arruda Filho (PT-SP)
- Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos: presidente, Israel Pinheiro (PMDB-MG); relator, Francisco Rossi (PTB-SP)
- Subcomissão de garantia da Constituição, reforma e emendas: presidente, Fausto Fernandes (PMDB-PA); relator, Nelson Friedrich (PMDB-PR)
- Subcomissão da defesa do Estado, da soberania e de sua segurança: presidente, José Tavares

- (PMDB-PR); relator, Ricardo Fiuza (PFL-PE)
 - Subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica: presidente, Delfim Netto (PDS-SP); relator, Virgildásio de Senna (PMDB-BA)
 - Subcomissão da questão urbana e transportes: presidente, Dirceu Carneiro (PMDB-SC); relator, José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG)
 - Subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária: presidente, Edison Lobão (PFL-MA); relator, Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE)
 - Subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos: presidente, Geraldo Campos (PMDB-DF); relator, Mário Lima (PMDB-RJ)
 - Subcomissão de saúde, seguridade e do meio ambiente: presidente, José Elias Murad (PTB-MS); relator, Carlos Mosconi (PMDB-MG)
 - Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias: presidente, Ivo Lech (PMDB-RS); relator, Alcení Guerra (PFL-PR)
 - Subcomissão da educação, cultura e esportes: presidente, Hermes Zaneti (PMDB-RS); relator, João Calmon (PMDB-ES)
 - Subcomissão da ciência e tecnologia e da comunicação: presidente, Aroldo de Oliveira (PFL-RJ); relator, Cristina Tavares (PMDB-PE)
 - Subcomissão da família, do menor e do idoso: presidente, Nelson Aguiar (PMDB-RS); relator, Eraldo Tinoco (PFL-BA)
- Três subcomissões que integram a comissão do sistema tributário, orçamento e finanças deverão ser eleitas hoje juntamente com o presidente e o relator da comissão de sistematização. As três subcomissões são: subcomissão de tributos, participação e distribuição das receitas; subcomissão de orçamento e fiscalização financeira e subcomissão do sistema financeiro.